



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6678

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Normas, obrigações, proibições e regulamentos

Autoria: Fátima Pereira Macedo

Data: 12/04/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 17/2005. Estabelece a obrigatoriedade da reserva de espaço físico, para obra de arte regional, nas praças, parques, jardins, áreas de lazer, logradouros e prédios públicos municipais de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 17

Posição: 62

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Normas
nº: 17
Ordem: 62
nº fcs: 03



17/2005

26.04.2005

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

VEREADORA : FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Estabelece a obrigatoriedade da reserva de espaço físico, para
obra de arte regional, nas praças, parques, jardins, áreas de lazer, logradouros e
prédios públicos municipais de Montes Claros.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 12/04/2005
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - em 26.04.2005
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei Nº /2005.

*As Comissões
12.04.2005*

“Estabelece a obrigatoriedade da reserva de espaço físico, para obra de arte regional, nas praças, parques, jardins, áreas de lazer, logradouros e prédios públicos municipais de Montes Claros”.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Torna-se obrigatório a reserva de espaço físico para a colocação de obra de arte regional, nas praças, parques, jardins, áreas de lazer, logradouros e prédios públicos municipais de Montes Claros;

Art. 2.º - Compete ao Poder Executivo Municipal, através de Órgão competente, gerenciar a regulamentação, localização e indicação desses espaços físicos, no prazo de 90 dias, após a publicação desta Lei;

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 11 de abril de 2005.

Fátima Pereira Macedo
FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECES
11/04/2005	
HORA: 16:50	
ASS: <i>[Signature]</i>	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 13 DE ABRIL DE 2005
PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional.
A. Silva

Paulo de Mello

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 26 DE ABRIL DE 2005
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Justificativa

A presente proposição vem justificar a denominação de cidade da arte e da cultura, dada a nossa cidade, e simultaneamente criar a oportunidade para o expressivo número de artistas em Montes Claros.

É também nosso propósito, embelezar a cidade, valorizar a nossa cultura, seus agentes e levar a arte à população.

Outras cidades já adotaram esta postura de divulgação, o que tem contribuído para o desenvolvimento cultural do seu povo.


FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Estabelece a obrigatoriedade da reserva de espaço físico, para obra de arte regional, nas praças, parques, jardins, áreas de lazer, logradouros e prédios públicos municipais de Montes Claros”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O tema em questão é de iniciativa do Legislativo.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade posto que não gera nenhum ônus para o ente público e ainda tem como escopo o interesse público municipal.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de abril de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605